

O TERRORISMO DE ESTADO (TDE) E A LUTA ARMADA NO RIO GRANDE DO SUL: 1970

STATE TERRORISM AND ARMED STRUGGLE IN RIO GRANDE DO SUL: 1970

Cristiane Medianeira Ávila Dias¹

Resumo: A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e o Partido Operário Comunista (POC) surgiram no cenário político brasileiro após o golpe civil-militar de 1964, a partir de militantes dissidentes da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP) e de militares oriundos do Movimento Nacionalista. No Rio Grande do Sul, as atividades das três organizações se concentraram principalmente na região de Porto Alegre e a ação de maior destaque foi a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano Curtis Carly Cutter, em abril de 1970. O episódio acirrou a repressão desferida pelos órgãos de segurança contra a luta armada, pois logo grande parte de seus militantes foram presos e encaminhados a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), onde sofreram sessões de tortura física e psicológica. Os métodos de violência sistemática empregados pelo aparato estatal contra os grupos de oposição caracterizaram a aplicação do Terrorismo de Estado (TDE) pelo governo militar brasileiro no espaço estadual.

Palavras-chave: Terrorismo de Estado (TDE) - Luta armada- Rio Grande do Sul

Abstract: The Popular Revolutionary Vanguard, Palmares Armed Revolutionary Vanguard and the Communist Workers' Party emerged in the Brazilian political scenario after the civil-military coup of 1964 from dissident Marxist militants of the Revolutionary Worker's Marxist Party and soldiers from the Nationalist Movement. In Rio Grande do Sul, the activities of the three organizations focused mainly in the region of Porto Alegre, and the most prominent action was the attempted kidnapping of the American consul Curtis Carly Cutter, in April 1970. The episode has intensified repression by security organs against armed struggle, since most of its activists were arrested and taken to the Department for Political and Social Order, where they suffered physical and psychological torture. The methods of systematic violence employed by the state apparatus against opposition groups have characterized the application of State Terrorism by the Brazilian military government at the state level.

Keywords: State Terrorism – Armed struggle – Rio Grande do Sul

Este artigo abordará de forma prioritária as atividades do Partido Operário Comunista (POC), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) no Rio Grande do Sul, embora não desconheça a existência de outras organizações, como a Aliança Nacional Libertadora (ALN) e o grupo Marx, Mao, Marighela e Guevara (M3G). O POC, a VPR e a VAR-Palmares tiveram a mesma origem, pois as três organizações surgiram da interação entre militares ligados ao movimento nacionalista e militante dissidentes da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP).

O movimento dos militares nacionalistas ganhou força durante a chamada “Campanha da Legalidade”, episódio no qual o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, organizou vários grupos no sentido de garantir a posse de João Goulart na presidência da

¹ Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). cristiane-historia@hotmail.com

República, depois que Jânio Quadros renunciou ao cargo em setembro de 1971. Jango chegou ao cargo com poderes reduzidos através de uma manobra política que instaurou o sistema parlamentarista no país, mas a campanha, além de projetar a figura de Leonel Brizola nacionalmente, também promoveu uma elevação no nível de conscientização dos militares subalternos que dela tomaram parte, fato que desagradou seus superiores dentro das Forças Armadas, que na tentativa de impedir um aumento na força política do grupo, encaminharam suas transferências para outras regiões do país. A decisão, no entanto, teve um efeito não esperado pelos oficiais, na medida em que “cada sargento se transformou numa célula de propaganda política do movimento nacionalista.”²

A efervescência política que vivia o Brasil, no início da década de 1960, também afetou o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que perdeu sua hegemonia sobre a esquerda brasileira, devido ao fato de vários militantes, descontentes com a falta de mobilidade da sua direção nacional, se desligaram do partido para formar outros grupos políticos, entre os quais, a POLOP. Na interpretação da POLOP, o Brasil já era um país plenamente capitalista e a revolução não deveria ter duas fases, como previa o PCB, e sim assumir de forma imediata um caráter socialista, posição que impediu a organização de interagir com o partido e os demais grupos vinculados a João Goulart, fato que a deixou isolada do cenário político nacional. A situação mudou apenas no momento em que seus militantes se aproximaram de Leonel Brizola e dos grupos nacionalistas por ele liderados que, no final de 1963, mostravam-se descontentes com os rumos tomados pelo governo e, preparavam-se para um golpe, que já enxergavam como iminente, através de formação do “Grupos dos Onze”, que tinham por finalidade combater militarmente a ofensiva contrarrevolucionária.³

As atividades da POLOP e dos militares nacionalistas foram interrompidas pelo golpe civil-militar de 1964, que derrubou o presidente João Goulart e inaugurou uma fase de repressão política voltada principalmente contra integrantes de partidos e sindicatos que apoiavam o governo deposto, como os integrantes da Frente de Mobilização Popular (FMP). A chamada “Operação Limpeza” foi decretada pelo Ato Institucional nº1, AI-1, que determinou a cassação dos direitos políticos de vários cidadãos acusados de integrarem movimentos políticos “subversivos”, a instauração de inquéritos policiais militares (IPMs) e processos administrativos para afastar de suas atividades os funcionários públicos

²COSTA, José Caldas. *Caparaó, a primeira guerrilha contra a ditadura militar*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.64.

³MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel (orgs). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Vol.5. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, p. 194.

considerados “inimigos” do regime. Os sindicatos sofreram intervenção governamental, as Ligas Camponesas foram dissolvidas e a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), principal símbolo do movimento estudantil em âmbito nacional, foi incendiada. O número de pessoas detidas foi tão elevado que muitas tiveram que ser enviadas para “navios-presídios”.⁴

O Rio Grande do Sul, devido à vinculação de políticos locais com o governo João Goulart e sua própria tradição trabalhista, foi um dos estados mais atingidos pela Operação Limpeza. Assim, logo após o golpe, o governo militar iniciou uma campanha de perseguição contra os políticos vinculados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao mesmo tempo em que decretou o afastamento de funcionários públicos estaduais e transferiu para a reserva militares envolvidos com o movimento nacionalista. A saída encontrada por vários gaúchos perseguidos foi partir para o exílio no Uruguai, país escolhido pela proximidade geográfica e por ser uma das mais sólidas democracias da América Latina. Logo, o país vizinho tornou-se residência de João Goulart, Leonel Brizola e de vários outros políticos, que começaram a organizar a partir do exílio movimentos de oposição à ditadura civil-militar brasileira, utilizando para isso o trabalho dos chamados “pombos-correios”, indivíduos que percorriam regularmente o trajeto Porto Alegre-Montevideú na tentativa de articular a resistência.⁵

Na tentativa de apresentar uma proposta de resistência à implantação da ditadura no país pela via armada, vários soldados, cabos, marinheiros, sargentos e militantes polopistas se reuniram no Rio de Janeiro na “Guerrilha de Copacabana”. O movimento, no entanto, foi rapidamente descoberto e desmantelado pelos órgãos de segurança. Após o episódio, vários militares nacionalistas foram obrigados a partirem para o exílio no Uruguai, onde fundaram com Leonel Brizola, o Movimento Nacional Revolucionário (MNR). Em 1966, o MNR, com o apoio do ex-governador e da POLOP, tentou implantar um foco guerrilheiro na região de fronteira dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, a Guerrilha do Caparaó, mas não obteve sucesso e o movimento acabou sendo aniquilado pela repressão um ano mais tarde.⁶

A opção que várias organizações de esquerda fizeram pela luta armada, não apenas no Brasil, como em toda a América Latina, refletia o próprio contexto político do período, marcado em nível mundial pela Guerra Fria e, em nível regional, pela eclosão da Revolução Cubana (1959). O movimento cubano abriu novas perspectivas para a esquerda latino-americana, ao apresentar um modelo de socialismo diferenciado daquele proposto pela União

⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 77.

⁵ PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória*. Vol.2. Porto Alegre: Corag, 2009, p. 46.

⁶ MATTOS, Marcelo Badaró, Op.cit.

Soviética e a China, mais adaptados aos problemas econômicos políticos e sociais que afetavam a região. Assim, vários setores assumiram suas preocupações com a desigualdade social e se mobilizaram para implantar projetos reformistas ou revolucionários que pudessem modificar a situação de miséria em que viviam a maior parte da população local, assim, “a Revolução Cubana gerou, sem dúvida, uma expectativa de futuro diferente daquela das gerações anteriores, ou seja, um futuro possível de ser construído com voluntarismo e ação política, com participação, mobilização e organização”.⁷

A POLOP não ficou imune às rupturas que afetaram várias organizações de esquerda na fase pós-golpe, pois seus militantes encontravam dificuldades para conciliar seu referencial teórico, que priorizava a criação de um partido político e o foquismo, para o qual a ação mais urgente consistia em formar um foco guerrilheiro no campo, baseado no modelo cubano, divergências que provocaram um racha na organização em 1967. No Rio Grande do Sul, os militantes desvinculados da POLOP se uniram à Dissidência Leninista, para formar o Partido Operário Comunista (POC), que contava com figuras de destaque como Flávio Koutzii e Marco Aurélio Garcia. Para Gorender, apesar da sigla, o partido contava com poucos operários em seu quadro de adeptos, formado principalmente por militantes oriundos do meio estudantil e intelectual, razão pelo qual ele nunca conseguiu efetivar um projeto de atuação efetiva entre os trabalhadores brasileiros.⁸

Em São Paulo, os militantes que haviam permanecido na POLOP se vincularam ao grupo liderado pelo ex-sargento Onofre Pinto para fundar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no final de 1968. Já na fase da fundação, a VPR optou por seguir o referencial ideológico defendido por Ladislau Dowbor, o “Jamil”, que previa a partida imediata da organização para a luta armada. Suas primeiras ações consistiram no furto de onze fuzis do Hospital Militar do Cambuci e na explosão de uma bomba no alojamento de oficiais do II Exército, localizado no Bairro do Ibirapuera, que ocasionou a morte de um soldado que trabalhava de sentinela no local⁹.

A organização também foi responsável pelo atentado que resultou na morte de Charles Chandler¹⁰, um agente da Central Americana de Inteligência (CIA), que fazia curso no Brasil e pleno plano ousado no qual um carregamento de armas foi retirado do quartel onde servia o

⁷PADRÓS, Enrique Serra (Org.). Op.cit, p. 51.

⁸GORENDER, Jacob. Op.cit, p. 140.

⁹GORENDER, Jacob. Op.cit.

¹⁰O capitão norte-americano Charles Rodney Chandler era veterano da guerra do Vietnã. Bolsista de uma fundação dos Estados Unidos frequentava o curso de Sociologia e Política e, supostamente aprendia o idioma português para fins de ensino na Academia Militar de West Point. (...) Ao cair fulminado, Chandler trazia uma obra de doutrinação anticomunista (GORENDER, 1998, p. 144).

Capitão do Exército Carlos Lamarca, que deixou as Forças Armadas para militar na VPR em 1969.¹¹ As ações armadas da VPR em São Paulo chamaram a atenção dos órgãos de segurança e eles passaram a desferir uma intensa repressão contra o grupo, que resultou na prisão de vários militantes e afetou a estrutura da organização.¹²

Outra organização formada por dissidentes da POLOP, o Comando de Libertação Nacional (COLINA), que atuava principalmente em Minas Gerais, sofreu uma queda coletiva em 1969 e, na tentativa de recompor sua estrutura, se aproximou de grupos situados na Guanabara, Goiás, Pernambuco, Bahia e no Rio Grande do Sul, onde era liderado pelo advogado Carlos Franklin Paixão de Araújo, para fundar a “Ó Pontinho”. Em junho do mesmo ano, a Ó Pontinho se uniu a VPR para criar a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), responsável por uma das ações mais sensacionais desferidas pela luta armada brasileira; – o roubo do cofre com mais de dois milhões e meio de dólares do ex-governador Adhemar de Barros; – localizado na casa de Ana Capriglione, em São Paulo.¹³

A união entre as duas organizações, entretanto, durou pouco tempo, pois não havia consenso entre os militantes sobre a adoção do foco. Uma parte defendia que ao lado da guerrilha no campo, a VAR-Palmares deveria desenvolver um trabalho político em áreas urbanas, enquanto outra defendia a imersão total na luta armada. Em setembro de 1969, os militantes que defendiam o trabalho político permanecem na VAR-Palmares, ao passo que os defensores da luta armada resgataram a antiga sigla da VPR.¹⁴

No Rio Grande do Sul, a VAR-Palmares continuou suas atividades sobre a liderança de Carlos Franklin Paixão de Araújo, coordenador responsável por arregimentar um número significativo de militantes para a organização, oriundos principalmente do meio operário. Em 1970, um relatório divulgado pelos órgãos de segurança informava que das 64 pessoas envolvidas com a organização no estado, 25 eram operários. Esses operários participavam de atividades como a distribuição de panfletos em suas unidades de trabalho, já que estavam impossibilitados de realizarem tarefas mais complexas por serem em sua maioria analfabetos. Desse modo, os cargos mais elevados dentro da organização seriam exercidos por intelectuais e estudantes, como Claudio Meneguz, estudante de Filosofia e professor secundarista que

¹¹ GORENDER, Jacob. Op.cit.

¹² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1323.17.5 “Relação de integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária que se encontram foragidos”, Porto Alegre, 12 de junho de 1969.

¹³ CHACEL, Cristina. “*Seu amigo esteve aqui*”. *A história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

¹⁴ CHACEL, Cristina. Op.cit.

fazia parte da coordenação regional e Calino Ferreira Pacheco, oriundo do movimento estudantil, líder da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES).¹⁵

O escritório de advocacia dirigido por Carlos Franklin Paixão de Araújo, em Porto Alegre, servia de local de atração para novos militantes, pois a instituição defendia, frente a Justiça do Trabalho, operários vinculados ao sindicato dos metalúrgicos, alfaiates, entre outros. O objetivo da VAR-Palmares era arregimentar líderes operários para formar núcleos extra-sindicais, que fizessem oposição ao sindicalismo oficial, cujas direções no período estavam na mão de interventores nomeados pelo governo militar. Além de militantes vinculados ao escritório trabalhista e operários, o conhecido “Grupo do Carlos” também tinha em seus quadros geógrafos, funcionários públicos, ex-seminaristas da capital, Viamão e São Leopoldo e o pessoal que atuava em cidades do interior do estado, como Cachoeira do Sul.¹⁶

As atividades da VAR-Palmares no espaço estadual se intensificaram no segundo semestre de 1969, quando a repressão no centro do país obrigou a organização a transferir seu principal setor de imprensa para o Rio Grande do Sul e, junto dele, vários militantes da coordenação nacional, como o advogado e jornalista Jorge Eduardo Saavedra Durão. O setor de imprensa foi instalado na capital e logo os militantes começaram a produzir o material impresso da organização, que incluíam o “Caderno de Debates”, o panfleto “União Operária” e uma série de documentos que denunciavam a tortura que os órgãos de segurança praticavam contra os presos políticos no país. Além disso, os militantes reuniram documentos produzidos no Brasil e no Chile para compor a revista “América Latina”. O material produzido era distribuído na região de Porto Alegre, em cidades do interior, onde a VAR-Palmares tinha suas regionais, também para outros estados e para o Uruguai, de onde seguia para outros países latino-americanos ou europeus.¹⁷

Outro fator que atraiu a VAR-Palmares para Rio Grande do Sul foi a possibilidade de utilizar a região de fronteira com o Uruguai e a Argentina para estabelecer contato com militantes e líderes políticos que integravam a comunidade de exilados brasileiros. Jorge Raimundo, por exemplo, utilizou a fronteira com o Uruguai para se dirigir ao Chile, onde obteve informações sobre as atividades desempenhadas pela organização em conjunto com militantes do POC, da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B), no

¹⁵Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1424.18.5, “Subversão no Rio Grande do Sul”, 20 de julho de 1970.

¹⁶ELLWANGER, Raul Moura. Entrevista concedida à autora em 20/06/2013. Porto Alegre.

¹⁷Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1424.18.5, “Subversão no Rio Grande do Sul”, 20 de julho de 1970.

exterior. Luis de Araújo, irmão do dirigente nacional Carlos Franklin Paixão de Araújo, foi enviado para o México e a Argélia com a missão de instalar em um desses países um negócio que arrecadasse dinheiro para financiar as atividades da organização no Brasil. A viagem não teve sucesso e o militante acabou retornando para Montevidéu, onde recebeu apoio do gaúcho exilado Paulo Schilling, para abrir uma livraria e uma editora na cidade. A finalidade dos dois empreendimentos era produzir e promover a distribuição de materiais que denunciavam as torturas que estavam ocorrendo no Brasil.¹⁸

O POC, conforme um de seus principais líderes no Rio Grande do Sul, Flávio Koutzii, se originou de militantes dissidentes da POLOP e, embora fosse uma organização com um pequeno número de adeptos, teve em seus quadros vários intelectuais importantes como Emir Sader, Eder Sader, Ruy Mauro Marini e Teotônio dos Santos e um intelectual alemão, Ernesto Martins, que após a cisão com a POLOP, resolveu permanecer no partido. O dirigente salientou que mesmo organizações que haviam optado de forma prioritária pela luta armada, não realizaram muitas ações no estado, por entenderem, assim como o partido, que a sua fronteira com o Uruguai e a Argentina era o ponto de passagem mais adequado para os militantes perseguidos que precisavam deixar o Brasil ou para aqueles que mantinham contatos com a comunidade de exilados residentes em Montevidéu e Buenos Aires.¹⁹

A falta de estrutura do POC fez com que João Carlos Bona Garcia, Bruno Piola, Roberto de Fortini e outros militantes, através de Evaristo Amaral, deixassem o partido para ingressarem na VPR no segundo semestre de 1969, ocasião na qual montaram os “aparelhos” da organização no Rio Grande do Sul. O aparelho era um apartamento ou uma casa alugada, onde os militantes se reuniam para estruturar ações, realizar discussões políticas, guardar material e esconder aqueles que eram perseguidos pela repressão. Assim, no aparelho localizado no Bairro Petrópolis, os militantes fundaram o braço armado da VPR e organizaram sua primeira ação armada – o assalto ao carro que arrecadava o dinheiro da empresa Ultragás na região de Canoas em março de 1970. O armamento utilizado na ação foi obtido do próprio exército, através do pagamento de suborno a alguns militares que

¹⁸Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1424.18.5, “Subversão no Rio Grande do Sul”, 20 de julho de 1970.

¹⁹KOUTZII, Flávio. Trajetórias IN: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória*. Vol.2. Porto Alegre: Corag, 2009, p. 111.

mantinham contato com a VPR, além disso, uma empresa pesqueira foi fundada na região do Alto Uruguai para dar “cobertura legal” às operações.²⁰

A empresa pesqueira localizada no Alto Uruguai foi descoberta pelos órgãos de segurança em maio de 1970, depois que vários militantes da VPR foram presos por agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). Uma equipe especial, formada por agentes do Centro de Informações do Exército (CIE), da Secretaria de Segurança Pública e militares do III Exército, foi para a área e obteve informações sobre o funcionamento da empresa, obtidas a partir do interrogatório de militantes presos no local. Um médico interrogado, por exemplo, forneceu o nome das pessoas com as quais mantinham contatos na VPR; Felix Silveira Rosa Neto, do Setor de Inteligência, “Lya”, do Comando Nacional e Roberto de Fortini, os quais haviam instruído o militante a montar uma base médica na área, fazendo um trabalho para atrair outros profissionais da saúde para a equipe.²¹

A descoberta da área de treinamento da VPR ocorreu cerca de um mês depois que a organização havia tentado sequestrar o embaixador norte-americano Curtis Carly Cutter em Porto Alegre, apontado por João Carlos Bona Garcia, como o episódio que provocou o desmantelamento da luta armada no Rio Grande do Sul.²² Outro ex-militante, Cláudio Weyne Gutiérrez, também apontou a tentativa de sequestro do cônsul americano, como a causa principal da extinção das organizações de esquerda armada no Rio Grande do Sul. Logo após o episódio, militares encarregados de dirigir os Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do Rio de Janeiro e São Paulo enviaram dois de seus melhores agentes, conhecidos por “Malhães” e “Cabral”, para treinarem os policiais e militares do estado em técnicas de interrogatório.²³

O TERRORISMO DE ESTADO (TDE) NO BRASIL

O surgimento de organizações como a VPR, o POC e a VAR-P e o súbito aumento da luta armada colocaram em xeque a preparação do aparato estatal para enfrentar esses grupos. Desse modo, a ineficiência do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo e a falta de organização no interior das Forças Armadas fizeram surgir à ideia de

²⁰GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge a luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

²¹Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 3.-.4402.53.15 “Apreensão de armas”, Porto Alegre, 06 de maio de 1970.

²²GARCIA; POSENATO, Op.cit.

²³GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

fundar uma entidade capaz de mobilizar homens e recursos na chamada “luta contrarrevolucionária” e, como o estado concentrava a grande parte das ações da guerrilha, foi escolhido para sediar a “Operação Bandeirante” (OBAN). O projeto piloto, fundado em junho de 1969, centralizou de forma extralegal numa só instituição, todas as ações de militares e policiais contra as organizações de esquerda. A operação alcançou tanto êxito que o presidente Emílio Médici decretou, em 1970, a integração da OBAN ao organograma legal sobre a denominação Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do II Exército.²⁴

O aperfeiçoamento do aparato repressivo estatal tornou-se possível, no caso brasileiro, após a decretação do Ato-Institucional nº5, AI-5, em dezembro de 1968, pois permitiu que os órgãos de segurança agissem sem nenhuma restrição contra indivíduos supostamente envolvidos em atividades políticas “subversivas”, ou seja, qualquer pessoa podia ser presa para “averiguação” de informações, sem que houvesse uma acusação formal ou um mandado judicial expedido contra ela. A justificativa utilizada pelo governo militar para implantar as medidas arbitrárias e a necessidade de mais “segurança interna” eram as ações da guerrilha urbana. A “estratégia de controle pelo terror” se institucionalizou de tal forma que atingiu não apenas as organizações de esquerda que haviam optado pela luta armada, como setores de oposição que haviam optado por outras estratégias de luta e grande parte da população brasileira não envolvida em atividades políticas. Assim, qualquer cidadão podia ser atingido pela repressão estatal, fazendo com que o AI-5 marcasse o início de um período da história caracterizado pelo “silêncio, o medo, a confusão e o desânimo”.²⁵

A decretação do AI-5, na avaliação de Padrós, foi o dispositivo que permitiu a Ditadura de Segurança Nacional Brasileira instaurar o Terrorismo de Estado (TDE), na medida em que a violência passou a fazer a mediação entre o estado e a sociedade, em nome da pretensa “segurança nacional”. Nesse sentido, durante o período em que vigorou a ditadura no Brasil, o estado, ao invés de garantir a segurança da população, utilizou o aparato institucional para coibir as ações dos grupos de oposição e, baseando suas práticas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN),²⁶ não teve preocupação em extrapolar os limites

²⁴ GORENDER, Jacob. Op.cit, p. 171.

²⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 136.

²⁶ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi uma série de pressupostos teóricos criados por estrategistas norte-americanos a partir das experiências vivenciadas no Vietnã, na Indochina e na Argélia, e na suposta necessidade de responder a nova técnica de guerra empregada pelos subversivos desses países (...). Para detectar a presença do inimigo, o militar aconselhava a utilização da tortura, que era a principal fonte de informação, já que durante a aplicação do método o revolucionário perderia sua moral e forneceria todos os dados que os militares precisavam para agir contra a organização clandestina da qual ele fazia parte (COMBLIN, 1980, p. 41)

coercitivos constitucionais, fato que desencadeou as práticas e ações que acabaram configurando um sistema TDE.²⁷

Para Ballesteros, as condições de enfrentamento na América Latina surgiram a partir da dependência econômica imposta pelas metrópoles imperialistas aos países da região, que beneficiavam os setores dominantes, mas não resolviam os problemas da porção miserável e marginalizada da sociedade. Esse modelo de sociedade excludente era fonte de tensões e conflitos sociais permanentes, que eclodiram com mais força na década de 1960, impulsionadas principalmente pela Revolução Cubana. Nesse período, as estratégias adotadas pelos setores dominantes não foram suficientes para impedir a ascensão dos movimentos sociais e a saída encontrada por eles, na tentativa de manterem seus privilégios não foi o diálogo nem a busca de consenso, mas recorrer a um novo tipo de repressão, conhecida como mais eficiente no combate aos conflitos e a “subversão”. A chamada “guerra contra revolucionária”, baseada nas premissas da DSN, utilizaria novos métodos e técnicas para sistematizar e tornar mais eficiente o aparato repressivo empregado na luta contra todo e qualquer movimento de oposição.²⁸

Na interpretação da doutrina, o cidadão só se realizava enquanto indivíduo ao tomar consciência do seu pertencimento à nação, e que esta comunidade “coesa” era a única capaz de atender e satisfazer as duas demandas. A pessoa que discordava publicamente dessa concepção baseada nos valores “ocidentais e cristãos” era acusada de se identificar com “ideologias estranhas” e considerada um “inimigo perigoso” a ser combatido pelo estado. O Brasil, primeiro país a instaurar uma ditadura baseada nas premissas da DSN, criou um aparato repressivo estatal que serviu de modelo para os demais governos militares que se instauraram posteriormente na região, entre os quais o Uruguai (1973), Chile (1973) e a Argentina (1976) que, apesar das especificidades apresentadas por cada caso, apresentaram uma base comum formada pelas seguintes características: “a existência de um anticomunismo militante, a identificação de um inimigo interno, a implantação de uma guerra de contra-insurgência, o protagonismo político das Forças Armadas e o primado das fronteiras ideológicas”.²⁹

²⁷PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 t.

²⁸BALLESTEROS, Elías Padilha. *La memoria y el olvido. Detenidos Desaparecidos en Chile*. Santiago: Orígenes Ediciones, 1995, p. 31.

²⁹PADRÓS, Enrique Serra. Op.cit. p.59.

Para as Forças Armadas Brasileiras, a América Latina vivenciava naquele momento uma guerra revolucionária e o papel dos militares nesse conflito era combater o comunismo e as ações “subversivas” e “maléficas” empreendidas por indivíduos considerados “traidores” e “inimigos da pátria”. Na interpretação dos analistas militares, as relações entre os blocos comunista e capitalista estavam calmas, o que inviabilizava a ocorrência de uma terceira Guerra Mundial, mas não impedia que eclodisse uma guerra de “outro tipo”, estruturada de forma clandestina pela subversão dentro do próprio território nacional, a chamada guerra revolucionária, que abrangeria toda a região e seria liderada por Fidel Castro com o apoio da União Soviética, numa forma de combate diferenciada, para o qual eles não estariam devidamente preparados:

A América Latina já está profundamente envolvida nesta guerra diferente, onde a ação dissimulada e subreptícia são a principal e na qual a luta armada, em escala considerável, terá lugar apenas na etapa final. É a guerra do comunismo contra toda a AMÉRICA livre, declarada em Havana, em Jan 66. Suas ações desenvolvem-se em escala crescente, sem que nenhum dos países atingidos tenha, até o presente, mobilizado recursos eficazes para obstá-las.³⁰

Na interpretação de Viñar, as Ditaduras de Segurança Nacional que se instalaram na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970 se diferenciavam dos regimes implantados em épocas anteriores, porque utilizou de forma racional e sistemática a violência para combater a oposição política e os indivíduos considerados inimigos do Estado. No sistema implantado pelas Forças Armadas, a “tortura representou o papel de peça mestra” e, demonstrou o nível planejado que a repressão política e social, baseada nas premissas da DSN, alcançou em toda a região no período. A tortura foi empregada pelos governos militares dentro de uma determinada “lógica de poder político” e não foi apenas, como defendem alguns pesquisadores, uma “manifestação arcaica da organização social”.³¹

Para Padrós, a tortura já era conhecida e utilizada na região e a novidade do período foi os torturadores utilizarem a “criatividade” e os “avanços tecnológicos” para aperfeiçoarem os métodos de produção da dor. O mais importante, porém, é reconhecer o uso massivo e significativamente indiscriminado da tortura e também a existência da complexa rede de transmissão de novas técnicas e de formação de novos especialistas através de uma corrente de transmissão que ultrapassou fronteiras e recebeu o apoio de agências norte-americanas e de

³⁰Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV_1._43.1.1, “Documento A”, Porto Alegre, 09 de outubro de 1967.

³¹VIÑAR, Maren e Marcelo. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992, p.135.

missões francesas. Umas e outras possibilitaram incorporar as novidades da contra insurgência experimentada na Argélia e no Vietnã: “o uso massivo da tortura, os esquadrões da morte, os desaparecimentos e a internacionalização do sistema repressivo, mesmo guardando especificidades em cada contexto nacional, foram modalidades mais específicas do TDE empregado pelos regimes de SN na região”.³²

Nesse contexto, nos anos de 1966 e 1967, a polícia brasileira carecia de informações sobre os movimentos de oposição, pois a marinha tinha dossiês completos sobre as atividades “subversivas” no país, mas não compartilhava a informação com os outros serviços de segurança. Na tentativa de resolver o problema, os agentes da repressão começaram a empregar métodos mais severos para obter informações dos presos, ensinados por policiais que haviam utilizado a tortura durante a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945). As técnicas eram brutais e ineficazes, pois o preso era espancado de tal forma que, na maioria das vezes, morria antes de fornecer qualquer tipo de informação. Assim, os policiais, com o auxílio de agentes como Dan Mitrone, enviado pelo governo dos Estados Unidos para treinar a polícia brasileira, começaram a utilizar equipamentos e técnicas mais aprimoradas na aplicação da tortura: “quando oficiais brasileiros dos serviços de informações passaram a utilizar telefones de campanha para administrar choques elétricos, foram agentes norte-americanos que lhes informaram quais os níveis permissíveis para o corpo humano”.³³

O TDE NO RIO GRANDE DO SUL

Os ex-militantes da luta armada ressaltaram que a tentativa de sequestro do cônsul foi o episódio que chamou a atenção dos órgãos de segurança para o Rio Grande do Sul, mas Fernandes apontou que a necessidade de monitorar o espaço estadual de forma mais rigorosa surgiu no segundo semestre de 1969, após a prisão e o interrogatório de vários militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Na ocasião, os agentes descobriram a rota de fuga que a organização mantinha na região, conhecido como o “esquema de fronteira”. O estado tornou-se assim, ao mesmo tempo, um local onde se articulava uma relativa resistência a ditadura através de uma conexão entre os exilados brasileiros, a oposição interna e uma área de importância fundamental para a repressão, fazendo com que os agentes se unissem para

³²PADRÓS, Enrique Serra. Op.cit, p. 110.

³³LANGGUTH, A.J. *A face oculta do terror*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978, p. 134.

estruturar uma ação integrada, nomeado de “Operação Minuano”.³⁴ Desse modo, a tentativa de sequestro apenas provocou um aumento na repressão desferida contra as organizações de luta armada no estado.

O documento intitulado “síntese de ocorrências suspeitas” corrobora as informações fornecidas por Fernandes a respeito da Operação Minuano, pois em janeiro, três meses antes da tentativa de sequestro do cônsul em Porto Alegre, os órgãos de segurança já enviavam para as delegacias do interior do Rio Grande do Sul alertas sobre a possível execução, por parte das organizações subversivas, de assaltos a bancos, sequestros e atentados contra autoridades locais. Nesse contexto, a tarefa dos órgãos de segurança consistia em impedir tais ações a partir da adoção de medidas como:

a) Controlar em cada área e ao longo das rodovias, mediante severa fiscalização, a população flutuante, fazendo-se a identificação e triagem pelos órgãos de informação, após consultados, no caso de suspeitos; b) Operações do (tipo “varredura”) em área da capital e do interior onde haja suspeitos ou aglomerações de marginais, como medida preventiva e dissuasória (ação de presença); c) Difundir para fins de providências de policiamento às áreas mais sensíveis a assaltos que possam se concretizar a curto prazo; d) Aumentar, com perfeito entrosamento entre todas as forças, as medidas de segurança às autoridades, em particular, àquelas que nos visitam.³⁵

Nessa fase, o monitoramento da VPR estava relacionado principalmente à possível presença e a colaboração de Carlos Lamarca nas atividades que a organização desenvolvia em cidades do interior do Rio Grande do Sul.³⁶ O relatório produzido no final de janeiro, por exemplo, indicava as providências a serem tomadas para a captura de Lamarca no estado:

Fato-ocorrência de Informe: Foram recebidos de diversas localidades e fontes, informes constatando a presença do ex-capitão CARLOS LAMARCA no RGS. Fontes: Diversas. Local: Canoas, Camaquã, Hidrelétrica, etc. Classificação: INFES. Providência de Correlação: Em todas as oportunidades foram tomadas providências de ampliar o

³⁴FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 98.

³⁵Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.-.57.1.1, “Síntese de Ocorrências Suspeitas”, Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1970.

³⁶Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV_1._.70.1.1, “Responde às solicitações contidas no informe nº 396/69 do D.C.I”, Vacaria, 03 de janeiro de 1970.

informe e localização, inclusive com estabelecimentos de barreiras e deslocamento de pessoal as áreas.³⁷

A presença de Carlos Lamarca seria constante no espaço estadual, porque Porto Alegre formaria, junto com as cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, e São Paulo, o eixo de operações da VPR em âmbito nacional. A relação do ex-capitão com a esquerda do Rio Grande do Sul, no entanto, teria iniciado em 1966, período que ele serviu na capital e manteve contato com um oficial da Força Aérea Brasileira (FAB), conhecido por “Daut”, supostamente detido por envolvimento em atividades políticas subversivas.³⁸

A repressão desferida contra Lamarca foi tão intensa que o ex-capitão se tornou uma das pessoas mais procuradas do país. A explicação está nas próprias Forças Armadas, que baseando suas prerrogativas na hierarquia e na disciplina não aceitavam o fato de ele ter abandonado o exército para integrar uma organização de esquerda que havia optado pela luta armada, sintetizadas na seguinte frase: “Poderia ser comunista aquele que era considerado “bom oficial” do 4º Regimento de Infantaria?” Lamarca era considerado um traidor, um inimigo, não apenas dos militares, como da própria “nação brasileira”.³⁹

No período em que vigoraram ditaduras de SN no Cone Sul, as Forças Armadas de seus países compartilhavam determinados compromissos, entre os quais estava a necessidade de manutenção da disciplina e da obediência à hierarquia institucional. Na medida em que transcorriam os governos militares, esses compromissos serviram tanto para “diluir” entre a corporação as responsabilidades pelos atos arbitrários praticados no período, ao mesmo tempo em que diminuiriam a ocorrência de “perigosas deserções”. Os militares que não aderiram ou se posicionaram contra os regimes de exceção, tornaram-se alvos do aparato repressivo e do mesmo tipo de violência empregada por eles contra os “subversivos”, que culminou, em alguns casos, na chamada “queima de arquivo”, pois “a quebra do compromisso corporativo condena os desertores à condição de traidores, antipatriotas; pior, traidores entre camaradas de armas, fato imperdoável”.⁴⁰

³⁷Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.-.57.1.1, “Diário de informações”, Porto Alegre, 30 de janeiro de 1970.

³⁸Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1408.18.5, “Carlos Lamarca, Ex-Capitão do Exército”, Porto Alegre, 27 de abril de 1970.

³⁹Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1408.18.5, “Carlos Lamarca, Ex-Capitão do Exército”, Porto Alegre, 27 de abril de 1970.

⁴⁰PADRÓS, Enrique Serra. Op. cit, p. 96.

A necessidade de acabar com as atividades da VPR e das demais organizações fizeram com que os órgãos de segurança aplicassem métodos terroristas de forma sistemática contra os militantes da luta armada no Rio Grande do Sul. João Carlos Bona Garcia, por exemplo, foi perseguido, preso e encaminhado aos DOPS/RS, local onde foi submetido a torturas físicas, entre as quais sessões de espancamentos e choques elétricos e torturas psicológicas, como amedrontamento, ameaças desferidas contra ele e sua família e tentativas de quebrar a sua moral como militante. Ele resistiu à tortura e não forneceu nenhum tipo de informação sobre a VPR e de seus companheiros, pois tinha consciência da situação na qual se encontrava na delegacia, ou seja, avaliou que os agentes o manteriam vivo enquanto não falasse, caso contrário se tornaria uma “vítima dispensável” e poderia, a qualquer momento, ser assassinado. O delegado Pedro Seelig e seus assessores, Nilo Havelha e o major Átila Rohrsetzer, tentavam desestruturar os militantes da seguinte forma:

Ora fazendo namorados se torturarem reciprocamente; ora torturando todo um dia, dando depois calmantes para a pessoa dormir, mas não deixando dormir. Em tensão constante, a pessoa começa a perder a noção do dia, da noite, começa a perder a consciência, que é o que mais mantém sua estrutura. Tentavam tirar o equilíbrio que a pessoa tem. Muitos, quando voltavam para a cela depois da tortura, naquele estado lastimável caíam em sono, começavam a sonhar e no sonho faziam as revelações que o torturador não arrancava deles quando em estado de consciência (...). A tortura que faziam procurava aniquilar física e moralmente.⁴¹

De acordo com Bauer, a sistematização da tortura no DOPS/RS ocorria da seguinte forma: o preso que chegava à delegacia era submetido a dois processos sequenciais, o “chá de banco” e o “amacramento”. A ideia do primeiro era criar no indivíduo um clima de expectativa em relação ao interrogatório, porque era algo que o submetido não podia prever, enquanto o segundo tinha por finalidade abalar a sua estrutura emocional, quebrando a resistência do militante frente aos torturadores. Na próxima etapa, o preso político passava pelo verdadeiro “interrogatório”, ou seja, era submetido a sessões de torturas físicas e psicológicas empreendidas por agentes “especializados” na aplicação dos métodos de suplício. De acordo com pesquisa divulgada pelo projeto Brasil, Nunca Mais, das “122 denúncias de torturas praticadas no estado, 43% dos casos ocorreram nas dependências do DOPS/RS”. A militarização do órgão teria começado com o golpe civil-militar de 1964 e se

⁴¹GARCIA; POSENATO, Op.cit. p. 54.

tornou mais eficiente na medida em que a repressão se institucionalizava, não apenas no estado, como em todo o país.⁴²

Fischer descreveu os suplícios que sofreu nas dependências do DOPS/RS em seu livro de memórias “O riso dos torturados”. Ele relatou que após ter sido preso e ameaçado pelos policiais da delegacia, foi colocado no pau-de-arara e de cabeça para baixo, sofreu sessões de espancamento, choques e afogamento, por um período descrito como o “mais longo de toda a sua vida”. A tortura deformou uma de suas pernas e comprometeu a circulação sanguínea, que impossibilitam o ex-militante de trabalhar normalmente. Ele descreveu o DOPS como um “inferno compartimentado”, “burocratizado” por agentes que denominou como “infernais funcionários da dor”:

Ali, no saguão os homens ficavam aguardando a sua vez de partir para a tortura, como bois no matadouro, ouvindo os gemidos dos companheiros que iam sendo massacrados. No salão mais em cima ficava a “coréia”. Para lá eram remetidos os que haviam passado pelo pior. Dois brigadianos carregavam o molambo e jogavam-no na “coréia” como estivadores que jogam um saco de batatas. E ali a gente ficava cozinhando a dor, ruminando o medo, aguardando a próxima vez de ser torturado.⁴³

Índio Vargas também passou por sessões de tortura no DOPS/RS, principalmente com choques elétricos, mas a tarefa mais difícil para ele, o que “arrebentou os seus nervos”, foi assistir à tortura de dois de seus companheiros.⁴⁴ Para o psicanalista Hélio Pellegrino, a aplicação da tortura objetiva provocar uma “cisão entre o corpo e a mente” do indivíduo, através da aplicação de uma dor insuportável. Assim, a atividade de todo o torturador se baseia na certeza de que em um determinado momento a pessoa não vai suportar a dor física a que está sendo submetida e o próprio corpo vai se voltar contra ela, exigindo que fale. A tortura nega a própria liberdade da pessoa, “enquanto ser encarnado”:

O centro da pessoa humana é a liberdade. Esta, por sua vez, é a invenção que o sujeito faz de si mesmo, através da palavra que o exprime. Na tortura, o discurso que o torturador busca extrair o torturado e a negação absoluta e radical de sua condição de sujeito livre. A tortura visa ao avesso da liberdade. Nesta medida, o discurso que ela busca, através da intimidação e da violência, é a palavra

⁴²BAUER, Carolina Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050- 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

⁴³FISCHER, Jorge. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Poetra, 1982, p. 62.

⁴⁴VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981, p. 62.

aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto.⁴⁵

Marcelo Viñar, psicanalista e também vítima de tortura no período em que vigorou uma ditadura de SN no Uruguai, escreveu que a sua aplicação se baseia em três fases sucessivas, a primeira consiste em aniquilar o indivíduo, destruindo os seus valores e as suas convicções; a segunda se baseia na desorganização do sujeito e da relação que ele mantinha com o mundo, que o médico chamou de “demolição”; e a terceira seria aquele momento no qual a pessoa atinge sua “situação limite” e decide qual a atitude vai tomar a seguir, pois é atingida quando o corpo submetido ao sofrimento intenso provoca no sujeito uma “experiência destruidora, de abandono”. A posição que a pessoa adota após essa experiência varia de acordo com sua personalidade, vivência e estrutura psíquica, bem como o tempo no qual ela é atingida, que pode variar de um período de horas, dias ou meses de submissão ao sofrimento. A tortura provoca no indivíduo “uma ruptura de todo laço afetivo e efetivo com o mundo pessoal amado desde sempre, conduzem a solitária presença constante de um corpo dolorido, sofrido, desfeito, totalmente à mercê do torturador”.⁴⁶

O resultado da aplicação sistemática da tortura no estado não tardou a aparecer e, em seguida, o jornal Zero Hora noticiou o desbaratamento das cinco principais organizações de esquerda em atividade: VPR, VAR-Palmares e o grupo M3G, consideradas as mais importantes, seguidas por dois grupos menores, o POC e a União Operária. Os líderes da luta armada seriam Carlos Franklin Paixão do Araújo, o “Max”, da VAR-Palmares, e Edmur Péricles Camargo, o “Gauchão”, do M3G. O secretário de Segurança Pública, coronel Jayme Mariah, informou que a ação da polícia sobre os envolvidos na tentativa de sequestro havia sido rápida, porque um militante de esquerda detido no DOPS informou os agentes sobre a chegada de Gustavo Buarque Schiller ao Rio Grande do Sul. O militante era responsável por trazer a lista com os nomes dos presos políticos a serem trocados pelo cônsul e a sua prisão não deixou alternativa para os militantes, que efetuaram a ação antes da data prevista.⁴⁷

Em junho, os órgãos de segurança apresentaram um relatório sobre o resultado de suas ações em relação à esquerda armada no Rio Grande do Sul. Nesse período, encontravam-se foragidos os militantes da VPR, Leane Ferreira da Almeida, Sérgio Azambuja Círio e Valmeri Neves Antunes. Foram transferidos para a Guanabara, os representantes da VPR, Irgeu João

⁴⁵ ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p. 02.

⁴⁶ VIÑAR, Marcelo e Maren. Op.cit, p. 111.

⁴⁷ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Fundo: Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Subfundo: Fichas e Prontuários/ DEOPSSANTOS/ Prontuário de nº 000499/Vanguarda Popular Revolucionária, Jornal Zero Hora, “Atentado ao cônsul”, 8 de abril de 1970, p. 1222.

Menegon e Almir Duton Ferreira, e os integrantes da VAR-Palmares, Gustavo Buarque Schiller. Além desses, enviados para São Paulo da mesma organização VAR-Palmares, Iara Glória Areias Prado e Antonio de Pádua Prado Júnior e do M3G, Edmur Péricles Camargo. Maria Aparecida Donda Falcão (VAR-Palmares), Carlos Pinto da Silva (VPR) e Adão Domingos dos Santos (M3-G), foram libertados após prestarem depoimento no DOPS.⁴⁸ A polícia também estava investigando a ação de militantes da VAR-Palmares junto ao meio operário nas regiões de Caxias do Sul, Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Tapes e Camaquã.⁴⁹

Alguns militantes presos durante esse período no Rio Grande do Sul foram libertados apenas em janeiro de 1971, ao serem trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado no ano anterior pela VPR. O governo militar organizou uma campanha na imprensa de difamação dos setenta presos políticos que seriam libertados, como demonstrou a reportagem “os crimes dos 70 subversivos banidos”. Da VAR-Palmares, Gustavo Buarque Schiller era acusado de participar do roubo ao cofre de Ana Bechimol Capriglioni, assaltos a bancos e compras de armas no exterior, além da tentativa de sequestro do cônsul em Porto Alegre. Delci Fensterseifer, transferido para o Rio de Janeiro, atuou no Grupo Tático-Amado liderado pelo ex-sargento Darcy Rodrigues, participando de ações de "expropriação" e treinamento de guerrilhas. Afonso Junqueira de Alvarenga, transferido de Minas Gerais, trabalhou na falsificação de documentos e carimbos ao lado de sua esposa Maria Curtis Alvarenga. João Carlos Bona Garcia, da VPR, era acusado de envolvimento em vários atos de subversão e terrorismo. Roberto Antonio de Fortini era o comandante da área tática da VPR na região do Alto Uruguai e Bruno Piola era o militante encarregado de abastecer o local com armas e munições.⁵⁰

Carlos Franklin Paixão de Araújo, da VAR-Palmares, considerado um dos líderes da subversão no Rio Grande do Sul não foi preso, porque estava em São Paulo.⁵¹ Edmur Péricles Camargo, ao contrário, só foi libertado junto com os demais presos políticos em troca do embaixador suíço. Ele era considerado um “hábil agitador” e teria comandado vários assaltos em Porto Alegre e participado da tentativa de sequestro do cônsul norte-americano. Além de

⁴⁸Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1417.18.5, “Subversão no RGS”, Porto Alegre, 18 de junho de 1970.

⁴⁹Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1424.18.5, “Subversão no Rio Grande do Sul”, 20 de julho de 1970.

⁵⁰Arquivo Público do Estado de São Paulo/Fundo: Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Subfundo: Fichas e Prontuários/ DEOPSSANTOS/ Prontuário de nº 000499/Vanguarda Popular Revolucionária, Jornal O Globo, “Os crimes dos 70 subversivos banidos”, 12 de janeiro de 1971, p. 779.

⁵¹CHACEL, Cristina. Op.cit.

Edmur, outro militante do M3G no estado era acusado de participar do assalto a uma agência de banco localizada na cidade de Cachoeirinha.⁵²

A lei de banimento foi criada pelo Ato Institucional nº 13, promulgado no dia 5 de setembro de 1969, que declarava o seguinte “o Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar, banir do Território Nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional.”⁵³ O governo militar brasileiro decretou a lei logo após o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, realizado pelo MR-8 e a ALN em setembro de 1969, cujo resultado foi à libertação e a expulsão de quinze presos políticos para o México.⁵⁴

O sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher foi o último realizado por organizações de luta armada no Brasil, pois as negociações entre a VPR e o governo militar foram bastante complicadas e duraram mais de um mês. Os militares rejeitaram o nome de todos os presos políticos presentes na lista envolvidos nos chamados crimes de sangue. Outra discussão girou em torno do país que deveria acolher os militantes expulsos do território nacional, pois havia a possibilidade deles seguirem para o Chile, o México ou a Argélia. Num primeiro momento, o governo não aceitou o envio dos presos para o Chile, em razão de sua proximidade com o Brasil, fator que poderia propiciar um retorno dos banidos ao país, mas mudou de posição depois que Salvador Allende se comprometeu a receber e manter todos os brasileiros exilados enquanto eles respeitassem as leis chilenas e as condições estabelecidas para o seu acolhimento.⁵⁵

O ato de deixar o país, em muitos casos, não significou que o exilado estivesse livre da repressão político. Edmur Pérciles Camargo, do M3G, considerado um dos líderes da repressão no Rio Grande do Sul, mesmo depois de ter sido banido do território nacional e ter se exilado no Chile, não conseguiu fugir da ação dos órgãos de segurança brasileiros, pois ele

⁵²Arquivo Público do Estado de São Paulo/Fundo: Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Subfundo: Fichas e Prontuários/ DEOPSSANTOS/ Prontuário de nº 000499/Vanguarda Popular Revolucionária, *Jornal O Globo*, “Os crimes dos 70 subversivos banidos”, 12 de janeiro de 1971, p.779.

⁵³Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV-4.-5771.52.18, “Ato Institucional nº 13”, 05 de setembro de 1969.

⁵⁴Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1._34.1.1, “Presos políticos banidos para o México pelo Governo Brasileiro”, *Porto Alegre*, 7 de outubro de 1969.

⁵⁵Arquivo Público do Estado de São Paulo/Fundo: Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Subfundo: Fichas e Prontuários/ DEOPSSANTOS/ Prontuário de nº 000499/Vanguarda Popular Revolucionária, *Jornal O Globo*, “Os crimes dos 70 subversivos banidos”, 12 de janeiro de 1971, p.779.

desapareceu em Buenos Aires durante uma viagem que fazia até Montevideu, em circunstâncias e datas desconhecidas, que variavam de dezembro de 1973 e junho de 1975.⁵⁶

As informações de um documento produzido pelo Centro de Informações do Exterior (CIEX) são de que ele teria desaparecido no aeroporto de Buenos Aires: “O asilado brasileiro Edmur Péricles Camargo (Gauchão) viajou, em 16/JUN/71, de Santiago (RCH) com destino a Montevideu (Uruguai), pelo voo nº 153 da LAN-CHILE”.⁵⁷ Outro documento alertava o militante para o fato de que a polícia uruguaia pretendia expulsá-lo do país:

1.O asilado brasileiro no Chile, EDMUR PÉRICLES CAMARGO (“GAUCHÃO”), viajou a Montevideu (Uruguai) na LAN-CHILE.2.O marginado foi informado por correio “tupamaro” de que a polícia uruguaia teria conhecimento da viagem, e que o esperava em Montevideu para prendê-lo e expulsá-lo do país.⁵⁸

Outro militante do M3G do Rio Grande do Sul, João Batista Rita, também desapareceu em Buenos Aires, em companhia do major Joaquim Pires Cerveira.⁵⁹ As informações indicam que ambos foram sequestrados em dezembro de 1973, por policiais brasileiros comandados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, numa “ação típica da Operação Condor, ainda não formalizada”. De acordo com depoimentos prestados por testemunhas, os dois foram trazidos para o Brasil, torturados e executados e os corpos desapareceram.⁶⁰

João Carlos Bona Garcia foi outro banido do território nacional que sofreu perseguições, primeiro no Chile, após o golpe civil-militar de 1973, que obrigaram o militante a se refugiar na Embaixada da Argentina. Ao ser transferido para o país, ele foi perseguido por um militante da VPR, o ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul conhecido como “Alberi”, que tentou persuadi-lo a acompanhar um grupo que se organizava para retornar ao Brasil e dar prosseguimento à luta armada, e afirmava que tinha meios para obter documentos falsos que seriam utilizados durante a travessia pela região de fronteira. Bona

⁵⁶MARIANO, Nilson. *Montoneros no Brasil. Terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Porto Alegre: PUC, 2006. Dissertação (Mestrado História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2006.

⁵⁷Arquivo Nacional /Coordenação Regional de Brasília/ Fundo: Acervo dos Órgãos de Informação do Regime Militar; Subfundo: Centro de Informações do Exterior (CIEX)/ BR AN, BSB IE.06.6, p.46/80, “Chile e Uruguai. Asilados brasileiros. Viagem de Edmur Camargo. Tupamaros”, 28 de junho de 1971.

⁵⁸Arquivo Nacional /Coordenação Regional de Brasília/ Fundo: Acervo dos Órgãos de Informação do Regime Militar; Subfundo: Centro de Informações do Exterior (CIEX)/ BR AN, BSB IE.06.6, p.72/80, “Viagem de EDMUR PÉRICLES CAMARGO ao Uruguai. Asilados brasileiros no Chile e no Uruguai.”, 28 de junho de 1971.

⁵⁹O major Joaquim Pires Cerveira era simpatizante do ex-governador Leonel Brizola, pertencia à Frente de Libertação Nacional (FLN) – um pequeno agrupamento formado basicamente por ex-militares (MARIANO, 2006, p.33).

⁶⁰MARIANO, Nilson. Op.cit, p. 33.

Garcia desconfiou da proposta, porque Alberi era ligado a Onofre Pinto e esse ao cabo Anselmo, que segundo informações recebidas de outros militantes, estava trabalhando para os órgãos de repressão brasileiros e resolveu não acompanhar o grupo. Os militantes da VPR que voltaram ao país foram apanhados na região de fronteira e fuzilados sumariamente por militares brasileiros, sem qualquer julgamento.⁶¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os métodos terroristas, entre os quais a tortura e o banimento, empregados pelos órgãos de segurança contra as organizações de esquerda, aniquilaram a luta armada no Rio Grande do Sul porque a repressão não atingiu apenas os militantes, como também seus familiares, amigos e pessoas com as quais eles mantinham contato. O medo que as pessoas tinham de serem perseguidas, presas, torturadas, e em alguns casos, banidas para o exílio ou mortas, fez com que elas se afastassem da militância política, fato que provocou o esvaziamento nos quadros da esquerda armada e impediu que as organizações se estruturassem novamente após a prisão coletiva de 1970.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BALLESTEROS, Elías Padilha. *La memoria y el olvido. Detenidos Desaparecidos en Chile*. Santiago: Orígenes Ediciones, 1995.

BAUER, Carolina Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050- 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CHACEL, Cristina. “*Seu amigo esteve aqui*”. *A história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

⁶¹GARCIA; POSENATO, Op.cit.

COSTA, José Caldas. *Caparaó, a primeira guerrilha contra a ditadura militar*. São Paulo: Boitempo, 2007.

GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge a luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FISCHER, Jorge. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Poetra, 1982.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancalione*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

KOUTZII, Flávio. Trajetórias IN: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória*. Vol.2. Porto Alegre: Corag, 2009, p. 97-124.

LANGGUTH, A.J. *A face oculta do terror*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

MARIANO, Nilson. *Montoneros no Brasil. Terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Porto Alegre: PUC, 2006. Dissertação (Mestrado História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel (orgs). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Vol.5. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória*. Vol.2. Porto Alegre: Corag, 2009.

_____. *Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 t.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

VIÑAR, Maren e Marcelo. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.